

Tatiana Yonekura^I

Cássia Baldini Soares^{II}

Elaine Garcia Minuci^{III}

Célia Maria Sivalli Campos^{II}

Carla Andrea Trapé^I

Mapa das juventudes de Santo André, SP: instrumento de leitura das desigualdades sociais

Youth map of the city of Santo André, Southeastern Brazil: an instrument to read social inequalities

RESUMO

OBJETIVO: Analisar as desigualdades sociais de jovens moradores em área urbana pelo mapeamento de dados sociodemográficos e econômicos.

MÉTODOS: Utilizando-se dados do Censo Demográfico 2000, 57 variáveis sociodemográficas e econômicas de jovens de 15 a 24 anos do município de Santo André, SP, foram distribuídas por 43 regiões de dados estatísticos que correspondem a um recorte do território em distritos menores. Os dados foram coletados no Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos da Prefeitura Municipal de Santo André, referentes ao ano 2000. Por meio de análise fatorial, 13 variáveis foram agrupadas em dois fatores – condições de trabalho e condições de vida, que discriminaram estatisticamente regiões semelhantes entre si. Foi realizada análise por agrupamento das regiões, resultando em quatro grupos sociais.

RESULTADOS: O espaço que concentrava os jovens com mais acesso à riqueza foi classificado como central e aqueles com menos acesso, como periférico. Duas gradações intermediárias puderam ser identificadas, uma mais próxima ao extremo do acesso (“quase central”) e outra mais próxima à privação (“quase periférica”). As variáveis discriminantes estavam relacionadas ao trabalho, à migração, escolaridade, fecundidade, posição do jovem no domicílio, presença de cônjuge ou companheiro, condição de moradia e posse de bens.

CONCLUSÕES: As diferenças entre os grupos sociais expressaram desigualdades importantes entre os jovens que vivem, estudam e/ou trabalham na cidade, o que contribuirá para o planejamento de políticas sociais públicas dirigidas a esses grupos.

DESCRITORES: Adulto Jovem. Condições de Trabalho. Condições Sociais. Distribuição Espacial da População. Iniquidade Social. Indicadores Sociais.

^I Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

^{II} Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva. Escola de Enfermagem. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil

^{III} Fundação Seade. São Paulo, SP, Brasil

Correspondência | Correspondence:

Cássia Baldini Soares
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419
Cerqueira César
005403-000 São Paulo, SP, Brasil
E-mail: cassiaso@usp.br

Recebido: 23/1/2009

Revisado: 11/5/2009

Aprovado: 30/7/2009

ABSTRACT

OBJECTIVE: To analyze social inequalities in young adults living in an urban area by mapping sociodemographic and economic data.

METHODS: Using data from the 2000 Demographic Census, 57 sociodemographic and economic variables of young adults aged from 15 to 24 years, living in the city of Santo André, Southeastern Brazil, were distributed among 43 areas of statistical data, corresponding to a division of the region into smaller districts. Data from the year 2000 were collected from the Santo André City Hall Department of Socioeconomic Indicators. Using factorial analysis, 13 variables were grouped in two factors – working conditions and life conditions, which distinguished areas that were similar to one another statistically. Cluster analysis of areas was performed, resulting in four social groups.

RESULTS: The area that concentrated young adults with higher access to wealth was classified as central and that including individuals with lower access to wealth was classified as peripheral. Two intermediate areas could be identified, one closer to the highest access to wealth (“almost central”) and another close to the lowest access to wealth (“almost peripheral”). Discriminating variables were associated with work, migration, level of education, fertility, adolescent’s position in the household, presence of spouse or partner, living conditions and assets owned.

CONCLUSIONS: Differences among social groups revealed important inequalities among young adults who live, study and/or work in the city, which will contribute to the planning of public social policies aimed at these groups.

DESCRIPTORS: Young Adult. Working Conditions. Social Conditions. Residence Characteristics. Social Inequity. Social Indicators.

INTRODUÇÃO

A juventude é uma temática cada vez mais discutida na sociedade contemporânea, notadamente em função da complexidade dos problemas que vem enfrentando. Por ser objeto de interesse de diversos campos do conhecimento, mobiliza o desenvolvimento de pesquisas e de políticas públicas.

O crescimento da distribuição etária da população na faixa entre 15 e 24 anos na década de 1990, especialmente nas regiões metropolitanas brasileiras,³ justifica o interesse social por esse grupo como ator estratégico no desenvolvimento. Por outro lado, a chamada “crise do emprego” ameaça a incorporação dos jovens ao mercado de trabalho:⁶ enquanto aqueles de grupos sociais economicamente estáveis tem continuidade dos estudos e a permanência com a família de origem, aos demais resta a submissão a empregos ruins e com baixos salários.^a

A perspectiva da saúde coletiva compreende a juventude a partir das categorias classe social e geração,

submetendo a leitura da realidade contemporânea dos jovens à sua condição de classe. Há portanto várias juventudes, e embora tenham em comum a condição geracional, acabam por vivenciá-la de diferentes formas de acordo com a inserção de suas famílias na produção e no consumo.¹²

A epidemiologia crítica, um dos principais instrumentos da saúde coletiva, tem como objeto as desigualdades de reprodução social. A classe social é uma categoria de análise capaz de revelar o peso das desigualdades em saúde e concretizar a abstração que se esconde por trás da categoria população, concebida como agrupamento homogêneo de indivíduos sem que se refiram às suas possibilidades de ação.⁹

No pressuposto de que o mapeamento das desigualdades constitui ferramenta útil para o planejamento de políticas públicas voltadas aos jovens, o estudo apóia-se também no conceito de espaço de Santos.¹⁰ “Por espaço vamos

^a Castro JA, Aquino L, organizadores. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília, DF: IPEA; 2008. (Texto para discussão, 1335). [Internet]. Brasília: IPEA; 2008 [citado 2008 out 18]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf

entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos (...) Consideramo-lo com algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando-se o todo, tanto formal quanto substancialmente.”

A categoria espaço permite reconhecer a heterogeneidade urbana, uma vez que incorpora a estrutura e a dinâmica social – onde e como vivem as pessoas; o que determina a produção e a circulação dos bens e serviços.² A classificação de espaços como centro e periferia, comumente associada à equação riqueza e pobreza, não retrata plenamente a dinâmica social, que vem sofrendo mudanças históricas e “não nos permite prever os conteúdos sociais associados à moradia no local”.¹⁴

Assim, para melhor compreender as desigualdades sociais é necessário incorporar variáveis que reflitam diferentes ângulos da reprodução social.

Os mapas temáticos constituem um instrumento de apresentação de resultados que viabiliza representar a realidade de maneira rápida e abrangente, proporcionando uma imagem de conjunto das diferenças sociais da cidade.² Dessa forma, agregar informações a referências espaciais é ferramenta potente para analisar e compreender dados, visando ao planejamento de ações pelas políticas públicas. Esses mapas permitem analisar características e diferenças apresentadas em cada espaço territorial, para além da simples divisão geográfica.⁸

Políticas sociais baseadas nas diferenças territoriais mostram-se importantes para transformar a forte negatividade que as áreas de pobreza possuem pela ausência de serviços de infra-estrutura urbana, habitação, saneamento, educação, segurança pública, entre outras, e que acabam sendo fatores decisivos para a reprodução da pobreza.¹⁵

O objetivo do presente estudo foi analisar as desigualdades sociais de jovens moradores em área urbana pelo mapeamento de dados sociodemográficos e econômicos.

MÉTODOS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), o município de Santo André, SP, tinha em junho de 2008 população estimada de 671.696 habitantes e, em 2005, produto interno bruto de 17.066 reais *per capita*, praticamente igualando-se à média do estado de São Paulo. O índice de desenvolvimento

humano é considerado elevado (0,835), sendo o 24º lugar no estado de São Paulo.⁸ No Atlas da Exclusão Social, o município estava em oitavo lugar entre as 100 cidades com maior número de famílias ricas do Brasil e em terceiro lugar entre as 45 do estado de São Paulo.⁷

Inicialmente, selecionou-se um conjunto de 57 variáveis demográficas e socioeconômicas relativas aos jovens de 15 a 24 anos a partir do Censo de 2000. Considerou-se a categoria reprodução social como construção teórica que reúne padrões de inserção na produção (condições de trabalho) e padrões de inserção no consumo (condições de vida) para servir de base à captação de dados empíricos em diferentes realidades sociais.¹¹ Os dados, disponibilizados pelo Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos (DISE)^b da Prefeitura Municipal de Santo André, se referiam a: características demográficas da população (sexo, cor e raça, migração, nupcialidade, fecundidade), características socioeconômicas (escolaridade, religião, trabalho e rendimento, potencial de consumo – posse de eletrodomésticos e bens) e características domiciliares (condição de ocupação da moradia e do terreno, densidade de morador por dormitório, e saneamento). As variáveis correspondentes aos 57 dados foram distribuídas por regiões de dados estatísticos (REDE) – um recorte do território em distritos menores.^b O município foi dividido em 43 REDE segundo as divisões territoriais utilizadas para planejamento da gestão municipal.

Os dados foram pré-selecionados e submetidos à análise fatorial utilizando-se o *software* SPSS 2004.

Em um primeiro momento, foram excluídas as variáveis com pouca variabilidade entre as REDE e, portanto, pouco discriminantes. Por outro lado, se a variável fosse considerada qualitativamente importante para avaliar potenciais de fortalecimento e de desgaste da população jovem, esta era inicialmente considerada na análise multivariada a despeito do valor do desvio-padrão.

Em um segundo momento, a análise fatorial⁵ buscou reduzir o conjunto de variáveis em duas, três, quatro (ou mais) fatores sem diminuir a capacidade explicativa de diferenciação das REDE. Essa técnica gera uma medida (comunalidade) que permite analisar a proporção da variância de cada variável explicada pelos fatores comuns, sendo a variável eliminada quando essa medida é igual ou menor que 0,6.

Dessa forma, chegou-se ao conjunto de variáveis discriminadas na Tabela 1, para o qual foram identificados dois fatores extraídos por análise de componentes principais, os quais explicam quase 78% da variância total das variáveis originais. O primeiro fator (condições de

^a Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Brasília, DF; 2008. [Internet]. [citado 2008 out 26]. Disponível em: [http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=32310627&Tick=1225114145410&VAR_FUNCAO=Ser_Temas\(1828887210\)&Mod=S](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=32310627&Tick=1225114145410&VAR_FUNCAO=Ser_Temas(1828887210)&Mod=S)

^b Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos (DISE). Dados da cidade. Textos analíticos. 2006 [Internet]. [citado 2007 abr 20]. Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/BN_CONTEUDO.ASP?COD=3844

vida) explica 59,6% da parcela da variância enquanto que o fator 2 (condições de trabalho) explica 18,0%.

Apenas a variável fossa séptica apresentou comunalidade inferior a 0,6, mas permaneceu no modelo final por se constituir em potencial de desgaste importante para alguns grupos sociais da população estudada, que vive em áreas de mananciais.

Para esse resultado da análise fatorial, obteve-se um valor de KMO=0,866. O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é uma ferramenta estatística que indica a proporção da variância dos dados que pode ser considerada comum a todas as variáveis, ou seja, que pode ser atribuída a um fator comum. Dessa forma, quanto mais próximo de 1 (unidade) melhor o resultado e mais adequada é ao conjunto de dados à aplicação da análise fatorial. Comprovado também pelo teste de esfericidade de Bartlett que rejeitou a hipótese de não correlação entre os dados a um nível de significância de 5%. Logo, a aplicação da análise fatorial se mostrou adequada a esses dados.

Com base nesses fatores, utilizou-se a análise de agrupamentos,¹ com base no método de *k-means*. Foi possível identificar quatro grupos sociais com base nas agregações de REDE discriminadas pelas variáveis.

RESULTADOS

O grupo que concentrou os jovens com mais acesso à riqueza foi classificado como central (C) e os com menos acesso como periférico (P). Dois grupos intermediários foram identificados, um mais próximo ao extremo do acesso (quase central – QC) e outro mais próximo à privação (quase periférico – QP). No entanto, os matizes mais escuros, representativos dos espaços mais periféricos, de maior privação, aparecem também junto a espaços mais centrais, mostrando que a relação centro-periferia não é tão simétrica, como observado no caso das REDE 13 e 16 (Figura).

Os jovens corresponderam a 18,8% da população de Santo André, sendo distribuídos de maneira homogênea: 18,2%, no grupo C; 17,8%, no QC, 18,6% no grupo QP e 20,1% no P.

O menor número de REDE compôs o espaço C (4) e QC (10), ficando o maior número de REDE nos espaços mais distanciados – QP (19) e P (10). O grupo C concentrou o menor número de jovens (Tabela 2).

As variáveis que discriminaram as REDE estão apresentadas na Tabela 3. Quanto ao local de nascimento dos jovens, a variável que discriminou os quatro grupos foi ter nascido fora do estado de São Paulo. Os resultados mostraram que dentre os jovens residentes no grupo P, encontrou-se a maior percentagem de jovens nascidos em outros estados, excluindo São Paulo – a maioria procedente da região Nordeste do País.

Cinco variáveis foram selecionadas para discriminar as REDE quanto ao acesso ao ensino. Os jovens que freqüentavam o ensino fundamental chegavam a 6% no grupo C e a 29,4% no grupo P. Jovens que deveriam estar completando ou ter completado o ensino fundamental aos 15 anos apresentavam defasagem escolar, sendo menos presentes no grupo C. Independentemente da idade, a maior percentagem de jovens que freqüentavam o ensino médio estava no grupo QP. Quanto mais pobres eram os jovens, maiores eram as freqüências de ter concluído apenas o ensino fundamental. Assim, 54,9% dos jovens que tinham como último curso concluído o ensino fundamental eram do grupo P.

Tabela 1. Fatores discriminantes e respectivas cargas fatoriais. Município de Santo André, SP, 2000.

Fator discriminante	Carga
Fator 1 – Condições de vida	
Não ter automóvel	0,958
Último curso concluído o ensino fundamental	0,945
Presença de cônjuge ou de companheiro	0,942
Posição do jovem como responsável pelo domicílio	0,918
Freqüentar o ensino fundamental	0,908
Ter dois filhos	0,900
Densidade de moradores por dormitório maior do que três	0,896
Ter nascido fora do estado de São Paulo	0,845
Morar em terreno cedido	0,832
Fossa séptica como esgotamento sanitário	0,338
Fator 2 – Condições de trabalho	
Não ter o ensino superior	0,956
Freqüentar o ensino médio	0,789
Não ter trabalho remunerado	-0,778

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Censo Brasileiro de 2000.

Tabela 2. Distribuição da população total e de jovens de 15 a 24 anos segundo grupo social. Município de Santo André, SP, 2000.

Grupo social	População total	%	População jovem	%
Central	48.245	7,4	8.773	7,2
Quase central	143.438	22,1	25.528	21,0
Quase periférico	294.115	45,3	54.564	44,8
Periférico	163.535	25,2	32.949	27
Total	649.333	100	121814	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Censo Brasileiro de 2000.

Dentre todos os jovens que não tinham nível superior, ainda que estivessem na faixa etária adequada, 25,1% estavam no grupo P.

A variável de trabalho que discriminou os quatro grupos foi não ter trabalho remunerado. Os resultados mostraram que não ter trabalho remunerado diminuía à medida que se avançava nos espaços mais precarizados da cidade, exceto pelo grupo localizado na área mais periférica. Este grupo apresentava um índice até maior de trabalho não remunerado do que o de grupos mais centrais, já que muitos jovens não trabalhavam por não ter emprego. Enquanto a inserção no mercado de trabalho pode ser adiada até o final da formação profissional para os mais ricos, para os mais pobres a não-inserção no mercado de trabalho é determinada pelo desemprego.

Uma das variáveis de condições de vida dos jovens que discriminou os grupos foi a posição do jovem como responsável pelo domicílio. Dentre os jovens nessa posição, a maior parte era proveniente do grupo P. Observa-se que a responsabilidade do jovem pela provisão do domicílio, e certamente a pressão pela inserção no mercado de trabalho, aumentava em direção aos espaços periféricos. Tal fato deve agravar a precarização das condições de vida dessas famílias, uma vez que os menores índices de *renda per capita* se concentram nessas regiões. Outra variável discriminante foi a presença de cônjuge ou de companheiro. A maior percentagem de jovens que vivia com cônjuge ou companheiro era do grupo P, assim como o fato do jovem ter até dois filhos.

Três variáveis relacionadas a condições de moradia ajudaram a definir os grupos: densidade de moradores por dormitório maior do que três e a condição do terreno da moradia ser cedido e destino do esgoto domiciliar por fossa séptica. Dentre as residências com essas condições, a maioria estava no grupo P.

Entre as variáveis associadas à posse de bens, não ter automóvel foi a que contribuiu estatisticamente para discriminar os grupos. A maioria dos jovens sem automóvel pertencia ao grupo P.

As demais variáveis também apresentaram diferenças entre os grupos, porém essas diferenças serão discutidas em outro artigo.

DISCUSSÃO

O mapa das juventudes de Santo André permitiu identificar, dentre um conjunto grande de variáveis, dois fatores capazes de discriminar entre si os diferentes espaços do município: condições de vida e de trabalho. A agregação desses espaços por semelhança, com base em método de análise por agrupamento, revelou a existência de quatro diferentes grupos sociais distribuídos pelos espaços do município de Santo André. Embora a diferença centro rico e periferia pobre seja marcante, o mapa revelou a localização de grupos sociais pobres fora do chamado espaço periférico e próximo a espaços mais centrais. Os resultados do presente trabalho assemelham-se a de outros estudos. No município de São Paulo, SP, constatou-se que “níveis mais altos de privação estão presentes em distritos mais distantes,

Tabela 3. Variáveis sociodemográficas e econômicas discriminantes de regiões de dados estatísticos segundo grupo social. Município de Santo André, SP, 2000.

Variável	Grupo social									
	Central		Quase central		Quase periférico		Periférico		p	
	n	%	n	%	n	%	n	%		
Ter nascido fora do estado de São Paulo	894	36	2771	44,1	7690	48	10376	69,8	0,000	
Freqüentar o ensino fundamental	381	6	1400	9,9	4047	15,4	4059	29,4	0,000	
Freqüentar o ensino médio	2144	34,3	7862	54,7	16267	61,4	8066	57,3	0,000	
Último curso concluído o ensino fundamental	575	21,9	3142	27,8	9519	33,6	10244	54,9	0,000	
Não ter o ensino superior	1329	14,6	6553	25,6	17057	31,2	8235	25,1	0,000	
Não ter trabalho remunerado	5114	58,7	13156	51,6	27266	49,8	18951	57,1	0,000	
Posição do jovem como responsável pelo domicílio	252	2,7	1448	5,6	4271	7,7	3966	11,9	0,000	
Presença de cônjuge ou de companheiro	536	5,7	2884	11,2	8277	15	8003	24,2	0,000	
Ter dois filhos	51	1	417	3,3	1228	4,4	1379	8,1	0,000	
Densidade de moradores por dormitório, maior do que três	337	3,7	2338	9,2	7397	13,6	7847	23,8	0,000	
Morar em terreno cedido	103	0,3	963	4,6	3688	5,1	7907	15,4	0,000	
Fossa séptica como esgotamento sanitário	236	3,2	1002	3,3	1841	4,1	3162	8,7	0,052	
Não ter automóvel	1283	13,9	7389	29,2	20889	39	19773	60,2	0,000	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Censo Brasileiro de 2000.

particularmente ao norte, leste e sul da região metropolitana, ao passo que os grupos mais ricos estão altamente concentrados na área central de São Paulo.^{7,14}

O mapa, construído para refletir os perfis de reprodução social dos jovens, apresenta também bastante semelhança com o mapa da distribuição da pobreza de Santo André, configurado a partir da variável renda *per capita* de meio salário mínimo.⁷

O menor número de REDE compôs o espaço C e QC, e o maior número compôs os espaços mais distanciados (QP e P), confirmando o padrão nacional excludente e concentrador de riquezas. A renda familiar mensal média dos mais ricos correspondia em 2003 à cerca de R\$ 22.000, valor 14 vezes maior do que a renda familiar mensal média do País e cerca de 80 vezes superior à linha de pobreza, abaixo da qual se situam os 20% mais pobres.⁷ Quanto ao segmento da população jovem, 31,3% pode ser considerado pobre, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. Apenas 8,6% são oriundos de famílias com renda familiar *per capita* superior a dois salários mínimos e cerca de 60% pertence ao estrato intermediário, com renda *per capita* entre meio e dois salários mínimos.^a

Essa distribuição acompanha a proporcionalidade entre as classes, encontrada em amostra de pesquisa realizada na cidade de São Paulo, em 2001, em que se mostrou proporção crescente da presença de jovens na população à medida que se mergulha em espaços de privação.¹⁴

O padrão centro-rico e periferia-pobre não se revela suficiente para retratar a desigualdade dos jovens no município, já que existem espaços de pobreza próximos ao centro, como observado na cidade de São Paulo em 2003.⁴ Assim, embora a relação dual centro-periferia que marcou a consolidação de São Paulo como metrópole industrial brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, tenha evoluído para um modelo menos polarizador, com criação de subcentros, não houve ruptura com padrões consolidados de desigualdade, apenas criando-se novos contornos, com disseminação da pobreza em espaços mais próximos ao centro.⁴

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005 sobre escolarização mostraram-se coerentes com os dos jovens de Santo André: a renda familiar *per capita* era um divisor explícito da escolarização, uma vez que a escolarização dos 20% mais

pobres era quase a metade da dos 20% mais ricos (25,1% contra 48,6%).^b Em âmbito nacional, sabe-se que muitos jovens interrompem os estudos no ensino fundamental e nem a metade dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos freqüentam o ensino médio.^c

Em Santo André a desigualdade social é ainda maior quando se trata da freqüência em cursos do ensino superior, assemelhando-se ao que ocorre em âmbito nacional, cujas taxas variam conforme a renda *per capita*, oscilando de 4,7% entre os que ganham de meio a um salário mínimo até 59,8% para os que recebem cinco salários mínimos ou mais.^a

Assim, pode-se afirmar que a situação educacional dos jovens no município de Santo André acompanha o panorama nacional, podendo ser sintetizado como “existência de 1,5 milhão de analfabetos; persistência de elevada distorção idade-série, o que compromete o acesso ao ensino médio na idade adequada; baixa freqüência ao ensino superior; e restritas oportunidades de acesso à educação profissional”.^d

Por sua vez, a escolaridade dos chefes de família está associada à renda familiar *per capita*, numa relação diretamente proporcional.^d

Quanto a condições de trabalho, análise do desemprego no Brasil revela que as maiores taxas estão entre os jovens, responsáveis por 50% do desemprego nacional. Dentre os jovens desempregados, 26,2% pertencem a famílias de baixa renda, enquanto que entre os jovens de renda elevada é de 11,6%. Os jovens de família de maior renda têm maior acesso a trabalho assalariado e a contrato formal, o que significa que os jovens de famílias de baixa renda estão mais excluídos dos benefícios da legislação social e trabalhista. Registra-se o fenômeno de regressão intergeracional, ou seja, mesmo com escolaridade superior a de seus pais, os jovens não conseguem obter melhores condições de trabalho e de vida.^{7,e}

O número de horas trabalhadas também varia conforme a escolaridade: enquanto 41% daqueles que têm somente até a quarta série do ensino fundamental trabalham mais de oito horas por dia, esta sobrecarga atinge 13% dos jovens trabalhadores com nível superior.^f

Os jovens mais pobres e que constituem famílias mais cedo são os que acabam sofrendo os momentos de

^a Castro JA, Aquino L, organizadores. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília, DF: IPEA; 2008. (Texto para discussão, 1335). [Internet]. Brasília: IPEA; 2008 [citado 2008 out 18]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf

^b Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD 2004: ocupação cresceu e rendimento ficou estável. Brasília; 2005 [Internet]. [citado 2008 out 20]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=48

^c Frigotto G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: Novaes R, Vannuchi P, organizadores. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2004. p.180-216.

^d Cesar CLG, Carandina L, Alves MCGP, Barros MBA, Goldbaum M. Saúde e condição de vida em São Paulo. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2005.

^e Pochmann M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: Novaes R, Vannuchi P, organizadores. Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2005. p.217-241.

^f Sposito MP. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: Abramo HW, Branco PPM, organizadores. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2005. p.87-128

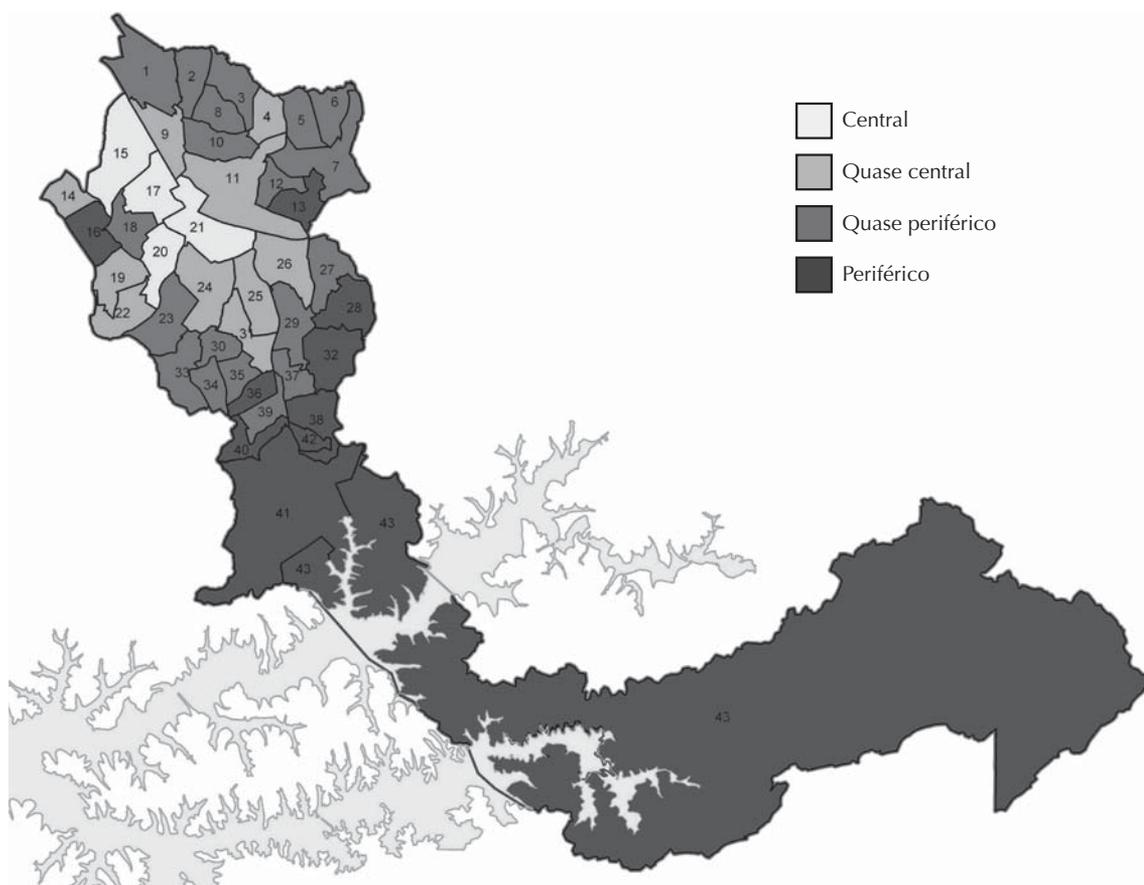


Figura. Mapa das juventudes de Santo André, SP, Brasil.

maior precariedade no trabalho e na vida. Além disso, a condição de maternidade/paternidade apresenta forte variação quanto à escolaridade e renda familiar. A porcentagem de jovens com filhos e com menor grau de escolaridade até o ensino fundamental é mais de 30% e reduzindo para 9% entre jovens com curso superior.^a

Já no que diz respeito a condições de vida, a Síntese dos Indicadores Sociais^b revela que a redução no número médio de filhos por mulher em todo o País não ocorre homogênea em todas as classes sociais e faixas etárias. Por referência à classe social, particularmente à renda, em 2005, entre as mulheres mais pobres em idade reprodutiva, 74% já tinham pelo menos um filho; enquanto que, entre aquelas com rendimento familiar *per capita* de dois salários mínimos ou mais, a proporção era de 49,2%. Quanto às diferenças por faixa etária, houve um aumento discreto na proporção de meninas de 15 a 17 anos de idade com filhos, de 2004 para 2005, de 6,8% para 7,1%.^b

Uma vez que a renda advém do trabalho e determina as condições de moradia e as possibilidades de consumo, é de se esperar que os jovens moradores das áreas mais periféricas tenham piores condições de moradia e menos acesso ao consumo de bens duráveis.

Nessa direção, estudo no município do Rio de Janeiro mostrou que domicílios com alta densidade de moradores estão situados nas áreas de alta concentração de pobreza, em uma clara relação com a desigualdade de renda.¹³

Essa relação também é válida para acesso a serviços de infra-estrutura urbana. Se por um lado os índices nacionais indicam melhoria na cobertura de esgotamento sanitário das residências, com aumento da ligação à rede de esgoto e estabilidade na frequência de casas com fossa séptica, por outro, essa melhoria não foi suficiente para melhorar as condições de vida, de maneira homogênea, de todos os segmentos sociais.¹⁴

A decisão de utilizar dados do Censo para construir o mapa das juventudes revela algumas limitações

^a Abramo HW. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: Abramo HW, Branco PPM, Organizadores. Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2005. p.37-72.

^b Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos (DISE). Dados da cidade. Textos analíticos. [2006] [Internet]. [citado 2007 abr 20]. Disponível em: http://www.santoandre.sp.gov.br/BN_CONTEUDO.ASP?COD=3844

e potencialidades. Entre as principais limitações, pode-se destacar a não-correspondência plena entre a categoria reprodução social, marco teórico de análise, e o conjunto dos dados secundários disponibilizados pelo Censo, escolhidos como variáveis para receber tratamento estatístico. O mapeamento tem caráter macro-espacial e, portanto, não permite avaliar diferenças sociais internas aos grupos/espacos formados. Variáveis que podem representar potenciais de fortalecimento e desgaste, como dívidas ou número de horas gastas com transporte, não são habitualmente coletadas no censo. Apesar de os dados serem do ano de 2000, o que pode não refletir a realidade do município na atualidade, o método de construção do mapa possibilitou a identificação das desigualdades sociais. Além disso, o mapa constitui ferramenta importante tanto para a consecução de novas pesquisas que tomem o jovem

como sujeito, podendo instrumentalizar o processo de delimitação de amostragem proporcional aos diversos grupos, quanto para o planejamento de políticas sociais públicas dirigidas aos diferentes grupos nos espaços da vida social. Ao levar em consideração os territórios desiguais, as políticas sociais têm potencia para promover, a médio e longo prazo, a integração social de setores juvenis segregados pela pobreza.

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos (DISE) da Prefeitura Municipal de Santo André, pela disponibilização dos dados e da estrutura de regiões de dados estatísticos; ao Programa de Saúde da Juventude da Secretaria de Saúde de Santo André, pelas sugestões ao projeto.

REFERÊNCIAS

- Anderson RE, Black WC, Hair JF, Tatham RL. Multivariate data analysis. 5.ed. New Jersey: Prentice Hall; 1998.
- Barcellos C, Bastos FI. Geoprocessamento, ambiente e saúde: uma união possível? *Cad Saude Publica*. 1996;12(3):389-97. DOI:10.1590/S0102-311X1996000300012
- Bastos RLA. Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Rev Bras Estud Popul*. 2006;23(2):301-15. DOI:10.1590/S0102-30982006000200007
- Bousquat A, Cohn A. A construção do mapa da juventude de São Paulo. *Lua Nova*. 2003;(60):81-96. DOI:10.1590/S0102-64452003000300005
- Morrison DF. Multivariate statistical methods. 3.ed. New York: McGraw-Hill; 1990.
- Muniz V. As discontinuidades demográficas exercem efeitos sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens. *Rev Bras Estud Popul*. 2002;19(2):65-98.
- Pochmann M, Campos A, Barbosa A, Amorin R, Silva R, organizadores. Atlas da exclusão social no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez; 2005. v.3.
- Ricketts TC. Geographic information systems and public health. *Annu Rev Public Health*. 2003;24:1-6. DOI:10.1146/annurev.publhealth.24.100901.140924
- Samaja J. Desafios a la epidemiología (pasos para una epidemiología "Miltoniana"). *Rev Bras Epidemiol*. 2003;6(2):105-20. DOI:10.1590/S1415-790X2003000200005
- Santos M. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec; 1996.
- Soares CB, Ávila LK, Salvetti MG. Necessidades (de saúde) de adolescentes do DA Raposos Tavares, SP, referidas à família, escola e bairro. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum*. 2000;10(2):19-34.
- Soares CB. Mais que uma etapa do ciclo vital: a adolescência com um construto social. In: Borges ALV, Fujimori E. Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. São Paulo: Manole; 2009. p.3-22.
- Szwarcwald CL, Bastos FI, Esteves MAP, Andrade CLT, Paez MS, Médici EV, et al. Desigualdade de renda e situação de saúde: o caso do Rio de Janeiro. *Cad Saude Publica*. 1999;15(1):15-28. DOI:10.1590/S0102-311X1999000100003
- Torres HG, Marques E, Ferreira MP, Bitar S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estud Av*. 2003;17(47):97-128. DOI:10.1590/S0103-40142003000100006
- Torres HG, Marques E. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. *São Paulo Perspect*. 2004;18(4):28-38. DOI:10.1590/S0102-88392004000400005

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo Nº: 06/51671-9). Yonekura T foi apoiada pela Fapesp (Processo nº 06/61299-0; bolsa de iniciação científica). Trabalho apresentado no Simpósio Internacional de Iniciação Científica realizado em Ribeirão Preto, SP, em 23/11/2007.